

REPENSANDO AS BASES POLÍTICAS, HISTÓRICO-FILOSÓFICAS E SOCIOCULTURAIS DA MODERNIDADE: REFLEXÕES PARA UMA CRÍTICA DECOLONIAL AO EUROCENTRISMO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

RETHINKING THE POLITICAL, HISTORICO-PHILOSOPHICAL AND SOCIOCULTURAL BASIS OF MODERNITY: REFLECTIONS FOR A DECOLONIAL CRITIQUE TO THE EUROCENTRISM IN SOCIAL SCIENCES

REFLEXIONANDO LAS BASES POLÍTICAS, HISTÓRICO-FILOSÓFICAS Y SOCIOCULTURALES DE LA MODERNIDAD: REFLEXIONES PARA UNA CRÍTICA DECOLONIAL AL EUROCENTRISMO EN LAS CIENCIAS SOCIALES

Ricardo Sant' Ana Felix Santos¹
Eduardo Santana Valli²

Resumo

Este trabalho pretende contribuir para a agenda de descolonização das ciências sociais posta na contemporaneidade. Tal problemática advém das consequências em diferentes dimensões — políticas, epistemológicas, ontológicas, culturais, socioeconômicas, educacionais etc. — do fenômeno histórico da colonização e expansão europeia sobre os territórios, suas correlações com a consolidação do capitalismo e de um padrão mundial de poder e dominação centrados no desenvolvimento do modelo eurocêntrico de instituições, relações sociais e de seus saberes adjacentes. Essa problematização se faz necessária pela exclusão da maior parte da população do usufruto das promessas emancipatórias da modernidade e das benesses representadas pelos avanços tecnocientíficos, bem como do reconhecimento dos elementos sociológicos, históricos e mecanismos políticos que condicionam essa estrutura global excludente. O objetivo central deste estudo é evidenciar alguns desses pressupostos, cotejando-os com algumas das facetas desse processo e buscando explicitar sua complexidade. Por meio de revisão bibliográfica, que metodologicamente privilegiou uma literatura ainda pouco difundida no país e, até certo ponto, marginalizada nas ciências sociais brasileiras até poucos anos atrás, identifica-se o alcance e extensão desse eurocentrismo, procurando caracterizá-lo principalmente a partir das contribuições das críticas decoloniais formuladas pelo grupo “modernidade/colonialidade”. Essa bibliografia, no entanto, vem ultimamente ganhando bastante destaque e notoriedade nacional. Suas análises pretenderam ser refletidas e aplicadas de modo geral para o nosso contexto, demonstrando cabalmente a articulação entre poder, violência e diferença, associados à produção de conhecimentos (inclusive científicos) e de desigualdades.

Palavras-chave: crítica decolonial; eurocentrismo; ciências sociais.

Abstract

This paper aims to contribute to the decolonization agenda in the social sciences that is relevant today. This problem arises from the consequences in various dimensions - political, epistemological, ontological, cultural, socio-economic, educational etc. - of the historical phenomenon of European colonization and territorial expansion, its correlations with the consolidation of capitalism, and a worldwide pattern of power and domination that is focused on the development of the Eurocentric model of institutions, social relations, and the knowledge it implies. This question is necessary because most of the population is excluded from the enjoyment of the emancipatory promises of modernity and its benefits, represented by technological progress, as well as from the recognition of the sociological and historical elements and political mechanisms that have created this exclusionary global structure. The central objective of this study is to acknowledge some of these assumptions, to compare them with some of the characteristics of this process, and to demonstrate its complexity. Through a bibliographical

¹ Acadêmico no curso de Formação Pedagógica em Sociologia no Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: sampajungle@outlook.com

² Docente no Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: eduardo.v@uninter.com

study, which methodologically considers a literature that is still scarce in the country and, to a certain extent, marginalized in Brazilian social sciences until a few years ago, the study identifies the scope and extent of this Eurocentrism, trying to characterize it from the contributions of decolonial critiques formulated by the “modernity/coloniality” group. Recently, however, this literature has gained a great deal of national attention and prestige. Its analysis is intended to be reflected and applied in a general way to our context, thoroughly demonstrating the coordination between power, violence and difference associated with the production of knowledge (including scientific) and inequality.

Keywords: decolonial critique; Eurocentrism; social sciences.

Resumen

Este trabajo pretende contribuir para la agenda de la descolonización de las ciencias sociales presentada en la contemporaneidad. Dicha problemática proviene de las consecuencias en diferentes dimensiones — políticas, epistemológicas, ontológicas, culturales, socioeconómicas, educacionales etc. — del fenómeno histórico de la colonización y expansión europea sobre los territorios, sus correlaciones con la consolidación del capitalismo y de un modelo de poder y dominación estándar mundial, centrados en el desarrollo del modelo eurocéntrico de instituciones, relaciones sociales y de sus saberes adyacentes. Esa problematización se hace necesaria por la exclusión de gran parte de la población del usufructo de las promesas de emancipación de la modernidad y de las ventajas representadas por el avance tecnocientífico, así como del reconocimiento de los elementos sociológicos, históricos y mecanismos políticos que condicionan esa estructura global excluyente. El objetivo principal de ese estudio es evidenciar algunas de esas suposiciones, englobándolas con algunas de las facetas de ese proceso y buscando explicitar su complejidad. Por medio de una revisión bibliográfica, que metodológicamente privilegió una literatura poco difundida aún en el país y, en cierta medida, marginalizada en las ciencias sociales brasileñas hasta hace pocos años, se identifica el alcance y extensión de ese eurocentrismo, buscando caracterizarlo, principalmente, a partir de las contribuciones de las críticas decoloniales planteadas por el grupo “modernidad/colonialidad”. Esa biografía, sin embargo, gana últimamente destaque y notoriedad nacional. Sus análisis buscan ser reflexionados y aplicados de modo general para el nuestro contexto, demostrando perfectamente la articulación entre poder, violencia y diferencia, relacionados con la producción de conocimientos (incluso científicos) y de desigualdades.

Palabras clave: crítica decolonial; eurocentrismo; ciencias sociales.

1 Introdução

Nas bases das teorias sociológicas e filosofias políticas é possível reconhecer — além de ideias sobre o terreno do social e do político, sobre as relações de poder que se desenvolvem entre seres humanos e grupos, sua legitimidade ou negação — concepções de mundo e da modernidade ocidental que frequentemente se afirmam enquanto totalidade. Tais dimensões epistêmicas e ontológicas caracterizam uma maneira universalizante que historicamente se consolidou em um *corpus* teórico (uma “tradição”, no sentido literal do termo) cujas consequências se normalizam porquanto se trata de versões hegemônicas que, nelas mesmas, ocultam em si relações de poder discursivo, em termos de assimetrias e disparidades simbólicas.

Contribuí historicamente para essa unificação hierarquizante e classificadora de saberes a emergência da ciência moderna enquanto detentora de métodos específicos para atingir a “Verdade”. Com a pretensão de universalidade, objetividade, validade e neutralidade, o discurso científico se hegemônizou enquanto autoridade discursiva,

atribuindo validade geral às experiências particulares e locais por meio de valores subjacentes, escamoteados por essas estratégias que refletem a necessidade concreta de disputa e conquista de poder.

Nesse sentido, revisitar de forma crítica a constituição da Modernidade como fenômeno global nos brinda perspectivas alternativas de (re-)construção histórica da memória política e dos sentidos e tendências futuras. Frisa-se o caráter global (e não apenas europeu) da modernidade, uma vez que se expandiu econômica, cultural e politicamente desde suas origens. Ressalta-se, além disso, que só foi possível a experiência da modernidade a partir daí: isto é, trata-se de um elemento constitutivo da configuração social e geopolítica atual; condição de possibilidade do poderio alcançado pelos países centrais do sistema-mundo moderno colonial (cf. Quijano; Wallerstein, 1992) e sua consolidação hegemônica na cartografia mundial, bem como o próprio advento e consolidação do capitalismo, relações extremamente imbricadas uma na outra.

2 Metodologia

O caminho dessa pesquisa se deu a partir de experiências formativas, pessoais e afetivas em outros países latino-americanos. Reconheci a falta de interlocução com as produções acadêmicas de outros países de fala hispânica na literatura sociológica e política utilizada para compreensão dos problemas da vida em sociedades como as nossas. Baseando-me, conforme Gil (2002), na abordagem qualitativa, com finalidades exploratórias de um campo de discussão em crescente evidência, a pesquisa assumiu igualmente o caráter bibliográfico em termos dos procedimentos técnicos de obtenção de informações. Isto é, foi desenvolvida a partir de material textual publicado (principalmente artigos científicos veiculados em periódicos e livros).

Fez-se necessário, para atingir um aprofundamento no conhecimento do tema a partir da ferramenta de levantamento bibliográfico, recuperar uma literatura que amparou essa trajetória relatada retrospectivamente, ao ponto de podermos revisitar as origens desse legado naturalizado e transformado em senso comum histórico, de modo a problematizar tais heranças comumente tomadas como homogêneas. Portanto, em termos dos instrumentos utilizados, essa pesquisa se classifica igualmente como centrada na atividade de pesquisa bibliográfica em bibliotecas virtuais, repositórios institucionais, periódicos acadêmicos em bases de dados e em acervos digitais de bibliotecas das ciências sociais. Foram usadas fontes de perfil latino-americano, especialmente, como o Conselho Latino-

Americano em Ciências Sociais (CLACSO), assim como na consulta de materiais impressos disponíveis (livros de referência).

Dessa forma, os principais critérios e parâmetros para a escolha dos autores e das fontes utilizadas se resumiram na identificação dos autores mais clássicos e historicamente consagrados na postulação dessa corrente epistemológica. No geral, tratou-se de teóricos de outros países, que, embora publiquem majoritariamente em espanhol, vêm sendo cada vez mais traduzidos ao português. Essa questão talvez explique a demora na internalização dos debates desse campo no Brasil (a não ser quando eram inicialmente traduzidos ao inglês, tendo em vista a limitação da circulação de textos acadêmicos em espanhol no nosso país).

3 “Histórias locais, projetos globais”

No que Mignolo chama de histórias locais que se mundializaram em projetos globais (Mignolo, 2003) está inscrita a experiência moderna europeia irradiada aos quatro cantos do planeta. Nessa dinâmica planetária, inscreve-se a globalização neoliberal atual e as geopolíticas do conhecimento (Walsh, 2009), devido à exorbitante acumulação de capital não apenas monetário, mas tecnocientífico, cultural e simbólico nos países do Norte global, como diria Boaventura de Souza Santos (2008). Isso, claro, viabilizado pela pilhagem, exploração e espoliação de bens materiais e de forças produtivas originárias do Sul, destinados historicamente à acumulação primitiva capitalista³:

A conquista ibérica do continente americano é o momento inaugural dos dois processos que articuladamente conformam a história posterior; a modernidade e a organização colonial do mundo. Com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo mas – simultaneamente – a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória (Mignolo, 1995) e do imaginário (Quijano, 1992). Dá-se início ao longo processo que culminará nos séculos XVIII e XIX e no qual, pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo – todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados – numa grande narrativa universal. Nessa narrativa, a Europa é – ou sempre foi – simultaneamente o centro geográfico e a culminação do movimento temporal. Nesse período moderno primevo/colonial dão-se os primeiros passos na “articulação das diferenças culturais em hierarquias cronológicas” (Mignolo, 1995: xi) e do que Johannes Fabian chama de a negação da simultaneidade (*negation of coevalness*). Com os cronistas espanhóis dá-se o início à “massiva formação discursiva” de construção da Europa/ Ocidente e

³ O capital necessita de um exterior para a lógica de realização de sua mais-valia; expansão descomedida para o escoamento dos produtos e o estabelecimento de trocas com sociedades não capitalistas para que efetivamente se consolide. Em um segundo momento, o capital internaliza o exterior – capitalizando as sociedades previamente não capitalistas, em um esquema imperialista que tende à monopolização e colonização de todas as possíveis relações políticas e econômicas entre os indivíduos (recursos materiais e a subsequente proletarianização das relações de produção e trabalho) (Hardt; Negri, 2006, p. 242-248).

o outro, do europeu e o índio, do lugar privilegiado do *lugar de enunciação* associado ao poder imperial (Mignolo, 1995:328) (Lander, 2005, p. 26).

Ao deparar-se com o seu exterior, a Europa vê-se em uma oportunidade única de realizar sua sanha expansiva, agora visando de forma factual a sua projeção política e econômica global⁴. Hardt e Negri (2006) atribuem a Descartes uma posição ímpar dentro de uma genealogia da ideologia burguesa moderna na história do Iluminismo. Com efeito, trata-se de uma investida política, não apenas filosófica ou metafísica:

O aparelho transcendental que ele [Descartes] propõe é característico do pensamento iluminista europeu. Tanto na corrente empiricista como na idealista, o transcendentalismo era o horizonte exclusivo da ideologia, e nos séculos seguintes quase todas as grandes correntes filosóficas seriam atraídas para esse projeto. A simbiose entre o trabalho intelectual e as retóricas institucionais, políticas e científicas tornou-se absoluta nesse terreno, e toda formação conceptual foi marcada por ela: a formalização da política, a instrumentalização da ciência e da técnica para obter lucro, a pacificação dos antagonismos sociais. Certamente, em cada um desses campos encontramos desenvolvimentos históricos específicos, mas tudo estava sempre vinculado à linha de uma grande narrativa que a modernidade europeia nos contava sobre ela própria, um conto relatado num dialeto transcendental (Hardt; Negri, 2006, p. 98).

O dispositivo transcendental em Kant (Hardt; Negri, 2006) igualmente situa o ápice da modernidade iluminista europeia no horizonte de conhecimento e ação pelo coroamento do sujeito como senhor-de-si. No entanto, o faz por meio de esquemas de controle — ordenação feita a partir do controle da consciência, para além de um voluntarismo supostamente indistinto. São meios de:

esvaziamento da experiência nos fenômenos [em uma busca infundável pelo ideal ético, sempre passível de frustração, desilusão e crise, RSFS], a redução do conhecimento à mediação intelectual e a neutralização da ação ética no esquematismo da razão (Hardt; Negri, 2006, p. 99).

Em Hegel, ademais, observa-se uma drástica investida contra o plano revolucionário de imanência⁵ opondo-lhe o aparelho transcendental e potencializando seu efeito de negação do desejo não europeu, ao recuperar no plano ontológico o polo de alteridade, de forma a sublimar a experiência europeia em termos de cume para a realização

⁴ Em *Império*, Antônio Negri e Michael Hardt apontam as ambiguidades das relações percebidas entre interior-exterior, dentro das tensões políticas da modernidade e suas formas de soberania e governo; sua crise estaria justamente nesse conflito permanente: expansão espacial para além de suas fronteiras, assim como, paralelamente, traria a negação do outro já existente como consequência da mesma empreitada — projetando uma extensão do mesmo (2006).

⁵ O plano de imanência seria aquele responsável pelo poder criativo da multidão, no terreno da política, de dentro para fora; a produção da vida mesma, cuja libertação se almeja fora das amarras em que se encontram os indivíduos engessados pelas relações de submissão e subordinação, cuja ferramenta política fundamenta-se na colonização das formas de reprodução da existência dos e entre os seres humanos. Esse terreno, segundo Hardt e Negri, se dá de imediato, fora de medida (incomensurável) (Hardt; Negri, 2006, p. 376).

do “espírito absoluto” e da “história universal”, iniciada em povos menores (africanos, ameríndios, asiáticos — já escravizados e colonizados durante a expansão europeia) (Hardt; Negri, 2006, p. 99-100).

Em seu livro “A gramática do tempo – para uma nova cultura política” (2008), Boaventura explora essa aventura epistemológica para um terreno mais alinhado com a perspectiva pós-colonial não celebratória (de contestação), reconfigurando as distinções políticas das correntes pós-modernas — que havia trabalhado no seu trabalho “Crítica da Razão Indolente” (publicado originalmente em 2000). Assim, depois de um debate gerado pelo déficit de articulação dos trabalhos publicados pelos filósofos, teóricos e pensadores do Sul Global na obra de Boaventura, passou ele a revisar sua posição como pensador crítico do colonialismo europeu como relação econômica ainda vigente, ainda que politicamente raro em aspectos formais.

Assim, ao discorrer sobre uma ecologia dos saberes, traz a problemática do privilégio epistemológico e suas relações com o privilégio sociológico; em uma civilização de saber técnico-científico, “a biologia é concebida como a disciplina fundacional das ciências sociais” (Santos, 2008, p. 140).

As condições para uma diversidade epistemológica do mundo são reconhecidas como necessárias para uma transição paradigmática que quer emergir e que poderia ser encarada como transmoderna — avançada por Dussel (2000, 1993), conforme reconhece Boaventura (2008, p. 142). Se pensamos em uma transição paradigmática, nada conclusivo pode restar para responder às diferentes concepções epistemológicas, contudo:

Tal como o universalismo é constituído pela hierarquia entre o universal e o particular, a globalização é constituída pela hierarquia entre o global e o local. No entanto, ao contrário do universalismo, a globalização é um processo de translocalização concreto, protagonizado por forças econômicas, políticas e culturais concretas. É um processo contraditório onde se confrontam o capitalismo global e os grupos sociais que lhe resistem, as lógicas homogeneizadas e as diferenciadoras, a americanização da cultura popular e as culturas locais vernáculas, a globalização hegemônica e a contra-hegemônica. Ao contrário do universalismo, a globalização é a expressão de uma hierarquia entre o centro e a periferia do sistema mundial no contexto em que a invisibilidade das colônias entregues “à guarda” do centro deu lugar à proliferação de atores estatais e não-estatais, constituídos no âmbito das relações desiguais entre o centro e a periferia, entre o Norte global e o Sul global, entre incluídos e excluídos. (Santos, 2008, p. 144)

Se se assumir, como faz a epistemologia crítica, que todo conhecimento é parcial e situado, é mais correto comparar todos os conhecimentos (incluindo o científico) em função de suas capacidades para a realização de determinadas tarefas em contextos sociais delineados por lógicas particulares (incluindo as que presidem ao conhecimento científico) (Santos, 2008, p. 153).

Ao mesmo tempo, a necessidade histórica de uma instância superior centralizadora, para coordenar e dispensar “os mecanismos de controle sobre o mundo natural e social” (Santos, 2008, p. 154), garantia da organização e regulamentação racional da vida, faz do Estado-nação moderno o exemplo mais profícuo de constituição política-administrativa, síntese coordenada dos “critérios racionais” a serem aplicados estritamente; daí o projeto de governamentalidade da modernidade (Castro-Gómez, 2005, p. 171; Foucault, 2008, 2017). O interessante disso tudo é que, por mais que se avance em relação aos conhecimentos técnico-científicos — por mais que muitas vezes sejam metamorfoses do mesmo discurso de ciência, transfigurado em ideologias de progresso linear —, não temos como vencer e controlar a finitude humana e a incomensurável imanência-contingência da vida no planeta.

Seja nas suas manifestações cataclísmicas, escatológicas ou apocalípticas, o “fim do mundo”, segundo Ailton Krenak (2019) promovido pelos ideais civilizatórios coloniais, seja nas fixações na morte do corpo, no risco, no perigo e nas doenças sempre presentes para recordar-nos dos limites da própria vida e da corporeidade — uma impossibilidade de ser considerada estanque ou imutável. Assim, a razão proporciona um retrato variável e recortado conforme as influências recebidas nas experiências e nas vivências humanas de uma época. Essas vivências são interpretadas e construídas socialmente (muitas vezes, omitindo opacidades e silenciando a instabilidade causada pelas indeterminações dos fenômenos ainda inexplicáveis) (Santos, 2005, p. 29-33).

O gerenciamento e o controle da vida é um papel substantivamente importante nessa configuração de poder estabelecida no Estado racional moderno, expoente máximo do projeto hegeliano. Constitui-se com o apoio de métodos racionais e burocráticos, teorias científicas e pseudocientíficas, além do próprio pensamento médico (nas classificações patológicas e desvios de comportamento), “capazes de pensar o impensável para dizimar” (Passetti, 2003, p. 177), produzindo a destruição massiva e institucionalizada em genocídios, etnocídios, holocaustos e extermínio da biodiversidade natural do planeta. O que acontece nas periferias das grandes, médias e até das pequenas cidades não deixa de caracterizar tal extermínio, verdadeiros “campos de concentração” (Passetti, 2003, p. 178).

Assim como historicamente tem ocorrido, ao ponto de serem inesgotáveis os exemplos dos massacres por conta de engenhosos projetos de modernização, gestão da pobreza e de “defesa social” — modelo fascista de concepção da higiene e limpeza das ruas habitadas por “marginais” já estigmatizados, pela construção dos imaginários e das figuras rotuladas dos criminosos e de identidades perigosas. Essas outridades podem muito

bem ser rastreadas dentro desse lastro da colonização e produção de camadas de subalternidades que deterioram identidades coletivas e excluem subjetividades associadas às imagens de abjeção. Todo um passivo social resulta dos processos de desumanização do outro, de suas condições materiais e simbólicas de existência, redundando no despojamento de sua integridade.

Segue-se a doutrina do antigo perigosismo, a exclusão fundamental gerada por forças sociais antagônicas advindas desse processo colonizatório que se complexificou ao longo dos séculos: a ameaça premente ao corpo social, como uma “peste” que deve ser isolada em quarentena e extirpada, inclusive reproduzida e reforçada pela grande mídia contemporânea. Uma maneira violenta de lidar com a suposta “luta contra as incivildades”, penalizando a miséria e sacrificando-a — mais um *mito sacrificial* (Dussel, 1993, 2000). Assim, o Estado neoliberal dos tempos de globalização capitalista centraliza ainda mais o poder punitivo e de controle social dos tempos da colônia, retirando a ênfase nas políticas sociais típicas do Estado democrático de direito e criminalizando a pobreza. Afinal, “os pobres, declaram, precisam ser dirigidos e não subvencionados” (Passetti, 2003, p. 182). Resultados de uma cultura política escancaradamente autoritária, paternalista e violenta, relegitimada pelas práticas e pelos discursos técnico-científicos de “*tolerância zero*”, com suas verdades punitivistas neoliberais.

Também para a “história” do pensamento “universal”, essa tendência filosófica de movimento unidirecional no espaço percorrido pelo ser humano em sua experiência no mundo é amiúde tratada de forma eurocêntrica, como demonstra Dussel ao mencionar que Hegel, em suas “Lições sobre a Filosofia da História Universal”, aborda a história universal ideologicamente como vinda do “Oriente para o Ocidente. A Europa é absolutamente *o fim da história universal*. A Ásia é o começo” (Hegel *apud* Dussel, 1993, p. 18). Daí a dificuldade em se estabelecer um limite aceitável de como essa soberba teórica pode arrogar-se tanta superioridade em respeito aos povos recentemente “descobertos”⁶ pelos europeus — mesmo sendo o continente americano frequentemente ignorado. Além disso, foi o único que foi assim nomeado em homenagem ao navegador europeu Américo Vespúcio, enquanto os outros continentes eram denominados pela história cultural comum e traduzível linguisticamente entre si, sendo atribuído aos seus povos uma identidade partilhada, ainda que socialmente construída.

⁶ Dussel, nessa mesma obra, vai “corrigir” para o termo designativo mais adequado: *encobertos*.

Dessa forma, a América já é historicamente concebida como “extensão europeia”, “o mesmo” nega o Outro aqui existente (Mignolo, 2003, p. 82). Se, no momento da conquista, a linguagem alfabética e o domínio da escrita eram representações do mais alto grau de civilização e inteligência, a não observância ou reconhecimento dessas práticas entre os indígenas converteu-se em razões para julgá-los inferiores e subalternizá-los, impondo-lhes, por meio da catequização dos missionários, sua desculturação espacial (territorializada).

Já no século XVIII e XIX, tal concepção foi atualizada pelo elemento “história” enquanto representação temporal. Assim, nos tempos de Hegel e do conde Arthur de Gobineau (séc. XIX), a classificação distintiva dos “povos sem história” e em relação aos “com história”, situaria a inferiorização daqueles em relação a esses, mais evoluídos e donos de sua própria “História”. Esse movimento corresponde à sua transformação em disciplina acadêmica e critério avaliativo para desqualificar outros povos, porquanto situados em um tempo “anterior” ao “presente” — “pré-histórico” —, determinando seu anacronismo e o dever dos “povos com história” de inscrevê-los no tempo “atual”, já que esses poderiam e saberiam “escrever a história dos povos que não a tinham” (Mignolo, 2003, p. 23).

Nega-se a simultaneidade e criam-se hierarquias cronológicas. Daí a nova roupagem narrativa, que anteriormente subjazia à racionalidade teológica-cristianizadora precursora da “massiva formação discursiva” e legando o privilegiado lugar de enunciação (Lander, 2005, p. 26). Em pleno século XIX e começo do séc. XX — auge do imperialismo europeu e da acumulação capitalista no centro do sistema mundial colonial/moderno —, foi transmutado em discurso técnico-científico eurocêntrico: um saber universalmente válido (ainda que aqui falemos a rigor de uma *universalidade excludente*), de alto nível de desenvolvimento e sofisticação como defendido por Max Weber, na “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”. Em outras palavras, uma celebração do Ocidentalismo e uma cegueira em relação à “diferença colonial”, alcunhada por Mignolo (Weber *apud* Mignolo, 2003, p. 24)

Explicitamente foi escrito, mostra-nos Dussel, que “a inferioridade destes indivíduos é, em tudo, inteiramente evidente” (1993, p. 19-20) — até a fauna e a flora americana não escapavam ao eurocentrismo racista de Hegel. Chegou a escrever que, no africano, é “realmente característico o fato de que sua consciência não chegou ainda à intuição de nenhuma objetividade (...). É um homem em estado bruto (...). A África não tem propriamente história; (...) não é uma parte do mundo histórico” (Dussel, 1993, p. 19-

20). Classificações como espécimes mais primitivas, brutas, selvagens (e até mais fracas e degeneradas) se tornaram recorrentes entre os europeus. Na verdade, como sugere Mignolo, a história universal de Hegel é *uma* história universal em que a maioria dos *atores* não teve sequer a oportunidade de também *narrá-la* (Dussel, *apud* Mignolo, 2003, p. 41).

A relação entre ciência, modernidade e colonialidade foi concretizada simultaneamente como forma de andar de mãos dadas e atender ao apelo de obstinação pelo controle, poder e domínio pretendido. Esse nexos igualmente revela o esforço de se pregar uma superioridade praticamente narcisista, uma soberania transcendentalmente teorizada, de dimensão planetária, e uma corrida imperialista para a legitimação discursiva desse exercício de poder — sem o qual não poderíamos evidenciar centros de produção de conhecimento com respaldo planetário em prejuízo de regiões subordinadas a eles. Verdadeiras “geopolíticas do conhecimento” se forjaram, com a ordem colonial hierárquica de saberes (Walsh *apud* Rozo, 2007).

Existe um interesse para que exista um padrão único de legitimação científica, como maneira de sujeitar a grande maioria não detentora desse poderio técnico-científico, tornando ainda mais profundo o abismo entre países desenvolvidos, possuidores de uma tecnologia e “ciência de ponta”, produzida por eles mesmos⁷. Posteriormente, são negociados e exportados aos países dependentes tão rápido quanto sejam considerados sucateados, ou já superados em grau tecnológico — suplantando aquele ideal de igualdade. Assim, a ciência própria e os conhecimentos locais são invisibilizados, porquanto (des)classificados como não científicos mesmo quando já apropriados pela ciência.

Com efeito, é compreensível o porquê da busca permanente por referências europeias ou estadunidenses, mas a grande inquietação decorre da necessidade de procurar entender sempre o contexto e a realidade local lançando mão de teorias importadas, muitas vezes consequência de modismos, e aplicá-las perdendo-se de vista as especificidades conjunturais do contexto local.

É aí que reside o grande “mito da modernidade”, trabalhado a fundo pelo projeto Modernidade/Colonialidade⁸ e por tantos outros críticos da modernidade como projeto

⁷ Ainda que à custa de saqueios sistemáticos dos subcontinentes empobrecidos e espoliados em suas riquezas naturais e nos conhecimentos tradicionais sobre a biodiversidade.

⁸ O grupo Modernidade/Colonialidade é composto por intelectuais latino-americanistas que fazem a crítica do eurocentrismo marcante nas ciências e na filosofia moderna (como exemplo, a teoria do conhecimento), constituída no bojo da modernidade. Esses intelectuais vinculam a essa modernidade um lado mais escuro, mas que está intrinsecamente imbricado e relacionado às violentas práticas que se exerceram contra outros povos e outras culturas. Um dos propósitos centrais diz respeito à violência da colonialidade do poder e do saber — a expansão, subalternização e dominação dos povos e dos seres vivos, instrumentalizados para o avanço e progresso científico-tecnológico imanente, em favor do mais civilizado (imagem ontológica autorreferenciada do “ser europeu”). A evolução positiva seria inerente à marcha unívoca e

civilizacional europeu, ainda que, sendo uma visão de mundo vivenciada no contexto particular da Europa, pretendeu-se universal e digno de expandir-se mundialmente como modelo paradigmático, inferiorizando, negando ou anulando as diferenças⁹. Traduziu-se assim a violação etnocêntrica e a usurpação de meios de vida determinantes para a manutenção de seres vivos, culturas e sistemas naturais dentro do alcance possibilitado por toda uma teorização, reconceitualização e reconfiguração da ordem geopolítica em que a Europa passa a ser o centro do sistema-mundo, empunhando e profetizando a modernização ao redor do planeta:

A primeira razão (da justiça desta guerra e conquista) é que, sendo por natureza servos os homens bárbaros (índios), incultos e inumanos, se negam a admitir o império dos que são mais prudentes, poderosos e perfeitos do que eles; império que lhes traria grandíssimas utilidades (*magnas commoditates*), sendo além disto coisa justa por direito natural que a matéria obedeça à forma, o corpo à alma, o apetite à razão, os brutos ao homem, a mulher ao marido, o imperfeito ao perfeito, o pior ao melhor, para o bem de todos (*utriusque bene*) (Sepúlveda *apud* Dussel, 1993, p. 75).

Com essa citação, explicita-se a “imaturidade culpável do Outro” (Dussel, 1993, p. 75), que, em referência ao texto kantiano de 1784¹⁰, em outras palavras, reflete a justeza da dominação e conquista do colonizado, com base na razão de desenvolvê-lo, de trazer-lhe benefícios. Nesse sentido, a guerra e a violência — irracional por definição, já que a proposta seria *emancipar* o indivíduo e a coletividade pressupõe uma impossibilidade da justificação das guerras, cada vez mais banalizadas e trivializadas nas intervenções do poder imperial – são justificadas em favor do mais forte, do que possui mais armas e uma técnica mais avançada. Sob a escusa de emancipação, modernização e civilização dos colonizados, os “condenados da terra” (Fanon, 2005), supostamente para o seu próprio bem, foram vitimadas milhares de inocentes no fenômeno dos (des)encontros entre homens e a potenciação da incompatibilidade das diferenças, em vez do seu reconhecimento.

Tal concepção parece ser aplicável ainda aos animais, desqualificados e infantilizados, dando-lhe a prerrogativa de manipulá-los, o que nos dá indícios sobre o processo de desumanização ser, também, um processo de animalização de determinados

unidirecional da humanidade rumo à emancipação. Identificam-se muitas promessas não cumpridas dentro do discurso da modernidade.

⁹ Não se trata aqui de se estabelecer um elogio às políticas da diferença tão caras atualmente às teorias pós-modernas que se apropriam da diferença como celebração do fim das utopias libertárias e que fetichizam as diferenças, tratando-as de exóticas e mercantilizando-as por objetos de consumo, em uma marcada ambiguidade neoliberal velada; mais uma moda exacerbadamente capitalista. Nesse sentido, ver em Hardt e Negri, cap. 2.4, “Sintomas de Transição”, p. 155 e ss.

¹⁰ Trata-se do texto “O que é a Ilustração?": “Ilustração é a saída por si mesma da humanidade de um estado de imaturidade culpável... A preguiça e a covardia são as causas pelas quais grande parte da humanidade permanece prazerosamente nesse estado de imaturidade” (Kant *apud* Dussel, 1993, p. 17). Dussel propõe uma crítica ao *ethos* dessa posição existencial, composto pela “preguiça” e “covardia”, em que a “imaturidade” ou a “minoridade” é culpada; e lança a pergunta: “um africano na África ou como escravo nos Estados Unidos no século XVIII, um indígena no México ou um mestiço latino-americano depois, devem ser considerados nesse estado de imaturidade culpável?” (Dussel, 1993, p. 17).

grupos de seres humanos. Assim, sua humanidade foi colocada em xeque durante muitos séculos, em debates teóricos e acadêmicos infundáveis pelo esclarecimento se aos indígenas, negros, mulheres etc., poderia ser atribuída a denominação de “seres humanos plenos”.

As consequências desses planos ontopolíticos seguem reverberando, sendo considerado ainda o estatuto superior vigente na concepção religiosa: se dispunham de alma ou não; se seriam filhos de Deus ou se seriam pregadores, comunicadores com seres diabólicos. Esse imaginário inquisitorial foi posteriormente mantido na sociedade “moderna”: seriam esses sujeitos cidadãos portadores de direitos individuais e coletivos? Atribui-se “ao sujeito moderno plena inocência com respeito ao ato sacrificial (...) o sofrimento do conquistado (colonizado, subdesenvolvido) será o sacrifício ou o custo necessário [e irracional, RSFS] da modernização” (Dussel, 1993, p. 76). Sacrifícios esses que são realizados todos os dias e em todos os lugares do planeta até hoje.

Está clara a transposição de conceitos e de categorias vividas pelos antigos cronistas e impregnadas na visão de mundo eurocêntrica, relegando as vivências das gentes aqui encontradas como “anormais”, “bárbaros” e “bestas”, daí tantas imagens construídas a partir da animalização (recorrência às imagens antropocêntrica de abjeção aos comportamentos dos animais), patologização/criminalização (paralelismo encontrado ao frequente chamado aos indígenas como “dementes”, “degenerados”) e infantilização (figuração do “índio” como criança incapaz e imatura em relação ao seu juízo incivilizado e sua percepção subdesenvolvida sobre o mundo, perspectiva patentemente adultocêntrica, ademais).

Como pensar em um projeto de civilização que é narrado a partir de si mesmo, arrogando-se a legitimidade de mostrar o único caminho possível de desenvolvimento humano, social, cultural, político e econômico? De fato, a recente atenção com o nosso meio ambiente, com o limite da exploração das fontes não renováveis e a exploração feroz dos recursos naturais têm demonstrado o esgotamento desse modelo de desenvolvimento pregado e exportado durante tanto tempo pelos países centrais do sistema mundial (e importado facilmente pelos nossos governantes desde a constituição de nosso Estado).

Refletir desde um ponto de vista em que as perdas de valor ambiental (o direito constitucionalmente garantido a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e sadio – CF/88, art. 225 [Brasil, 2023]) está sempre associado às consequências contra grupos sociais, à fauna local, às diferentes etnias que ainda hoje representam grande parte da população originária e de quilombolas na América Latina. Em que pese a exclusão

sistemática da repartição equitativa dos produtos sociais e da distribuição da riqueza material produzida pelo Estado como um todo, esses grupos têm sido os mais afetados, por serem economicamente e substancialmente vulneráveis nesse modelo perverso de espoliação. É isso, não necessariamente a pobreza em si, que torna a desigualdade de oportunidades e o contraste existente na nossa sociedade uma valorização às avessas da riqueza material, entendida como condições básicas de sobrevivência e de possibilitar uma vida minimamente digna. São penas algumas faces da incomensurável dívida histórica existente contra os habitantes originais dessas terras de Tawantinsuyu, Anahuac, Abya Ayala, Pindorama¹¹ e por aí vai.

4 (Ir-)Racionalidade e exclusão

Na grandiosa proposta de uma “Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão” (2000), Dussel desenvolve um ousado projeto crítico de redefinição dos atores e sujeitos, vítimas desse processo desenvolvido pela dominante razão modernizadora, baseada em um discurso que sugere o desenvolvimento a qualquer custo (o mito irracional do desenvolvimentismo). Tal discurso mascara um sistema ético indiferente e colonizador da vida, que “produz estruturalmente a fome” e que nega sistematicamente o discurso, o lugar de fala, além do pão que permite que cada “ser-vivente” (princípio básico de delimitação do âmbito de realidade e critério universal de verdade-realidade) reproduza sua vida.

Os outrora excluídos das comunidades de argumentação (dentre as quais, a comunidade científica, com efeito) estabelecem uma base de orientação teórica na qual o exercício ético da “práxis transformativa” — em que os participantes excluídos são impulsionados por um interesse revolucionário e libertador, pela revolta de “ser-vítima-do-mundo”, pela dor de ter sua dignidade negada e pela exclusão da comunidade ética tradicional —, irrompendo-se a consciência ética crítica, bem como a denúncia desse sistema que exclui tais vítimas e que, no entanto, lhes afeta diretamente (Dussel, 2000, p. 494).

¹¹ Nomes indígenas para o mundo conhecido das etnias inca (na língua *quíchua* significaria “quatro regiões unidas”, em que, ao centro, se encontraria Cusco: o umbigo do mundo); mexica-azteca (na sua língua *náhuatl* significaria essa percepção continental de “terra entre as águas”, em referência aos oceanos Pacífico, a oeste, e Atlântico, a leste); povo guna-dule (também conhecidos como kuna-tule) da região atualmente situada entre Colômbia e Panamá, igualmente difundida pelos antigos maias (significando “terra madura, viva, em florescimento”); e tupi-guarani (“região, terra, lugar das palmeiras”, no território hoje principalmente referente ao Brasil), respectivamente (Mignolo, 2003; Dussel, 1993).

No fim das contas, a ‘racionalidade’ da razão, já o dissemos, é a ‘astúcia’ da vida. A ‘razão’ é a inteligência do saber produzir, reproduzir, desenvolver a vida humana, que se ‘desbloqueia’ como ‘serviço-trabalho’ (*abodah* em hebraico) em favor da vítima. ‘Saber’ ajudar a vítima contra o sistema é a inteligência prática (...) é o *máximo* de inteligência possível: é razão criadora, isto é, crítico-libertadora. O inventor cientista participa teoricamente desta razão (Dussel, 2000, p. 482).

A importância da ética é apresentada pelo filósofo da libertação na referência feita à obra de Lévinas (diretamente atingido pela ascensão do antissemitismo europeu na primeira metade do século XX), em que a:

ética como a exposição e sensibilidade extrema de uma subjetividade a outra se torna moralidade e enrijece a pele enquanto passamos ao mundo político do terceiro impessoal – o mundo do governo, das instituições, dos tribunais e das prisões, das escolas e dos comitês¹² etc. Mas a norma que deve sempre inspirar e conduzir a ordem moral é a norma ética do inter-humano. Por isso, a filosofia ética deve continuar sendo a filosofia primeira (Lévinas *apud* Dussel, 2000, p. 424).

Já para Dussel, esse lugar deve pertencer à política, mas de uma maneira que esteja englobada a dimensão das posturas éticas, que sejam de fato levadas em conta: uma afirmação positiva da imanência política como filosofia primeira, além de ser momento central da ética, como também defende Dussel¹³. De outra forma, esses corpos colonizados e objetificados, que não importam primordialmente para o sistema, mas que fazem parte igualmente de um modelo de controle e contenção massivo¹⁴, fazem também parte de uma desvalorização do corpo, observado em vários âmbitos da cultura.

Dentre as estruturas de opressão, exclusão e subordinação no âmbito da esfera social e entre as pessoas das mais variadas culturas, o principal fator está no próprio caráter

¹² Este mundo, tão bem conhecido por todos nós, o “mundo moderno”, é aquele cuja origem também repousa sobre a organização colonial do mundo (Lander *apud* Rozo, 2007, p. 154) a partir da conquista, ou melhor, *invasão* da América — como aponta Bernard Vincent em seu “1492: Descoberta ou Invasão?” (1992) — sendo as duas caras da mesma moeda. Nesse processo, o pensamento científico-técnico foi preponderante para o predomínio do “projeto de governamentalidade” na conformação do sistema-mundo-capitalista, passando pela instância moderna do Estado-nação, rejeitando outras formas de saberes não hegemônicos, mediante o exercício da “violência epistêmica” (Castro-Gómez *apud* Rozo, 2007). Nessa perspectiva, “a Europa se interpreta como vanguarda e ápice evolutivo do mundo, ao mesmo tempo que desqualifica o mundo colonizado, atribuindo-lhe um lugar marginal no sistema-mundo moderno. Essa ordem se sustenta, segundo Lander, em uma ‘construção colonial de saberes’ sustentada na ideologia liberal do indivíduo e nos direitos universais” (Rozo, 2007, p. 154), eurocentricamente concebidos.

¹³ Texto extraído de uma sinopse do livro “Para uma filosofia política crítica” (DUSSEL, E. **Hacia una filosofía política crítica**. Bilbao: Desclée. Coleção Palimpsesto: direitos humanos e desenvolvimento, organização de Juan Antonio Senent, s./d., tradução livre).

¹⁴ Pela dificuldade do trânsito, circulação e democratização de informações contra-hegemônicas por parte de uma mídia independente (pelo contrário, encontramos cada vez mais atrelada a interesses econômicos e corporativos concentradas nas mãos das grandes multinacionais e *big techs*); pela alienação da grande maioria excluída dos processos de discussão e decisão; além da dificuldade de desenvolver-se uma pedagogia popular e crítica e que atenda aos interesses da vida. Refere-se, aqui, às dificuldades de disseminação do processo de educação popular, embora bastante desenvolvido e dignamente trabalhado pelo educador Paulo Freire, autor de “Pedagogia do Oprimido” e “Pedagogia da Autonomia” (Freire, 1996, 2005), fora as diversas experiências desenvolvidas historicamente nas práticas educativas e na política escolar contemporâneas; mais ainda, também assumir a responsabilidade de garantir o acesso e permanência com qualidade à população empobrecida.

diferenciador étnico-racial. A racialização assume uma configuração de diferenciação hierárquica, encabeçado pelos próprios colonizadores, com sua ideologia patriarcal e de abjeção em relação ao mundo colonizado e à natureza nativa, extremamente exótica para os europeus (Rozo, 2007 p. 153). De mãos dadas com a diferença colonial, são arquitetadas as diferenças em termos raciais.

Como bem desenvolveu Aníbal Quijano, sociólogo peruano:

A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos (Quijano, 2005, p. 228).

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (Quijano, 2005, p. 229-230).

É importante observar a relevância significativa que vai sendo atribuída ao termo “raça”, em respeito aos papéis sociais desempenhados, lugares e relações de poder. Tanto que Quijano chega a classificá-la como “uma categoria mental da modernidade” (Quijano, 2005, p. 228), justificando que, se por um lado anteriormente fosse uma representação da procedência geográfica ou do país de origem, posteriormente passa-se a agregar uma identidade construída com conotação racial, associada às relações de dominação que estavam se configurando, sendo assim um instrumento para definição e classificação social básica da população (Quijano, 2005, p. 228-229). Para arrematar essa elucidação, o sociólogo peruano argumenta que:

apesar de que os que haveriam de ser europeus no futuro, conheciam os futuros *africanos* desde a época do império romano, inclusive os ibéricos, que eram mais ou menos familiares com eles muito antes da Conquista, nunca se pensou neles em termos raciais antes da aparição da América. De fato, raça é uma categoria aplicada pela primeira vez aos “índios”, não aos “negros”. Desse modo, *raça* apareceu muito antes que *cor* na história da classificação social da população mundial (Quijano, 2005, p. 229).

Ao mesmo tempo, a tradição religiosa predominante na herança ocidental judaico-cristã encaixou-se bem, juntamente com a filosofia aristotélica — em que a desigualdade verticalizada entre homens, mulheres, estrangeiros e escravos denota uma iniquidade de posições e condições de participação fundamentalmente normativa —, para a sede expansionista e imperialista das potências do que mais tarde se vem a denominar Europa. Tal como vimos nas dinâmicas de subalternização, exclusão, supressão de saberes não convenientes para quem detém o poder político-econômico — bem enfocadas nas críticas feministas decoloniais contra o sexismo, racismo e classismo de uma sociedade em que os valores predominantes têm gênero, cor, classe social¹⁵ —, os cânones que vingam, por assim dizer, estabelecem padrões culturais de comportamento.

Esses padrões são acompanhados pelos papéis sociais predeterminados, de relacionamento e interações que são naturalizados pelas estratégias neutralizadoras, que nos fazem enxergar como atitudes normais e nos cegam para as diferenças existentes e os poderes exercidos contra minorias oprimidas e sem condições simétricas de defesa, assim como a manobra retórica desenvolvimentista é sempre utilizada para reforçar a necessidade de se exercitar a “criatividade positiva para o desenvolvimento (não uma criatividade que investigue criticamente e ponha em relevo os aspectos ocultos que a pesquisa positiva ao desenvolvimento oculta)” (Mignolo, 2009).

Dentro das possibilidades de um espectro ético-político que englobe diferentes visões de mundo — sem cairmos em uma fragmentação absoluta, em que se perdem os termos de tradução daquilo que identifica as diferenças —, a importância reside na recusa de permanecer em um sistema totalmente assimétrico em que se gera e se administra a desigualdade e a exclusão e que, ao mesmo tempo, se ganha com essa desigualdade e exclusão — atributos funcionais às elites centrais do sistema-mundo colonial-moderno.

5 Considerações finais

O presente trabalho pretendeu desenvolver uma retomada de certos fatores histórico-filosóficos que são imprescindíveis para a reflexão que envolvem os estudos sociológicos, antropológicos e políticos a partir da/sobre a modernidade. A relevância dessa discussão se percebe principalmente pelo fato de o ponto de partida e lugar de fala consubstancializar-se no ponto de contato com as teorias que se pretendeu discorrer. Ser

¹⁵ A saber, o lugar preponderante do masculino, da cor branca, da classe burguesa, da relação colonial de expansão do poder e da mentalidade eurocêntrica na sociedade moderna.

membro dessa grande comunidade partilhada pelo grosso da população do planeta que se encontra na periferia desse esquema geopolítico implica no reconhecimento e, de certa forma, em uma recusa em desconhecer as desigualdades gestadas e os produtos da modernidade (que se caracterizou como eurocêntrica).

Apoiando-se em uma tradição crítica, procurou-se explorar algumas heranças do pensamento filosófico, sociológico e político moderno de maneira a possibilitar a releitura de algumas obras clássicas, seus contextos de origem e condições de emergência — levando-se em conta sempre as simultaneidades tão penosamente desveladas por iniciativas de pensadores que apostam em um pensar outramente: a partir da exterioridade e da alteridade a que foram relegados a maioria dos sujeitos históricos desse sistema-mundo.

A modernidade, como configuração sociopolítica, histórico-cultural e econômica específica e concreta, revela-se enquanto projeto global — embora com raízes em histórias locais e experiências particulares que acabaram se mundializando. No desenvolvimento desse processo de consolidação de ideias, mentalidades, práticas e instituições políticas — em que o Estado termina sendo a quintessência do projeto de controle racional do ser humano e do seu meio sobre as várias dimensões da vida, por meio das estratégias de governamentalidade que daí decorreram —, articulam-se vários eixos de poder e dominação que são simultaneamente reforçadores de desigualdades paradoxalmente combatidas nos discursos progressistas e libertadores/emancipadores que caracterizam o advento da modernidade: bastiões que não escapam às contradições que as assimetrias das forças sociais, culturais e econômicas tão díspares produzem.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, [2023]. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 mar. 2024.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**. Eurocentrismo e Ciências Sociais: Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

DUSSEL, E. **Ética da Libertação**: na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000.

DUSSEL, E. **1492**: O encobrimento do outro: A origem do mito da modernidade (conferências de Frankfurt). Petrópolis: Vozes, 1993.

DUSSEL, E. **Hacia uma filosofia política crítica**. Bilbao: Desclée. Coleção Palimpsesto: direitos humanos e desenvolvimento, organização de Juan Antonio Senent, tradução livre), s/d.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. A governamentalidade. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LANDER, E. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**. Eurocentrismo e Ciências Sociais: Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ROZO, G. L. “Saberes Profanados”: reflexiones en torno a la investigación social en el seno del diálogo intercultural. **Revista Educación y Pedagogía**, Antioquia, v. 19, n. 49, p. 151-169, sep.-dic. 2007.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MIGNOLO, W. D. La retórica del desarrollo y la colonialidad del saber. **Página 12**, Viernes, 15 de mayo de 2009. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/universidad/10-124958-2009-05-15.html>. Acesso em: 03 fev. 2010.

PASSETTI, E. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez, 2003.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais: Perspectivas Latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, A.; WALLERSTEIN, I. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. **International Journal of Social Sciences**, v. 134, n. 583-591, 1992. Disponível em: <https://europhilomem.hypotheses.org/files/2018/07/Quijano-and-Wallerstein-Americanity-as-a-Concept.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2010.

SANTOS, B. S. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. *In*: SANTOS, B. S. **V. 4: A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, B. S. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. *In*: SANTOS, B. S. **V. 1: A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

VINCENT, B. **1492**: Descoberta ou invasão? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

WALSH, C. O interculturalizar da nova Constituição equatoriana. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 31, ago. 2009. Trad. César Augusto Baldi Disponível em: http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao031/catherine_walsh.html. Acesso em: 16 jul. 2010.